



O TRABALHO DOCENTE EM EDUCAÇÃO FÍSICA: REFLEXÕES SOBRE UM PROCESSO PRECÁRIO

Ian Anderson de Andrade Nascimento

RESUMO

Este estudo tem como intuito analisar as condições de trabalho de professores de educação física de escolas públicas estaduais do Rio de Janeiro, possuindo como pano de fundo um contexto de reestruturação do trabalho pedagógico em face das mudanças ocorridas no mundo trabalho e com base nas políticas educacionais que elas determinaram. Parte-se do pressuposto que esse cenário influencia o processo de precarização do trabalho docente e na alteração de suas identidades profissionais. Como fundamentação teórica utilizou-se o referencial marxista por entender que este proporciona a compreensão de que o cotidiano escolar e o trabalho docente constituem-se pela síntese de múltiplas relações e determinações, contextualizando a categoria trabalho na sociedade capitalista. Entrevistaram-se seis professores de educação física com o intento de exemplificar as diversas maneiras de precarização pelas quais lidam os professores desta rede de ensino, onde pode-se chegar a apontamentos de que os professores de educação física das escolas investigadas convivem com algumas formas de precarização em seus cotidianos escolares e que muitas estão relacionadas, principalmente, à falta de compromisso do governo estadual para com o sistema educacional.

Palavras-chave: Trabalho docente; educação física; precarização.

WORK TEACHING IN PHYSICAL EDUCATION: REFLECTIONS ON A PRECARIOUS PROCESS

ABSTRACT

This paper is to analyse the working conditions of teachers of physical education in public schools of Rio de Janeiro State, possessing of a context of restructuring of pedagogical work in the face of changes in the world and on the basis of educational policies that they have determined. The estimated that this scenario affects the process of precarization of work teaching and change their professional identities. As theoretical used the Marxist reference as this provides an understanding of the everyday school and the teaching job constitute by synthesis of multiple relationships and determinations, contextualizing the category work in capitalist society. Interviewed six teachers of physical education with the intent to illustrate the various ways of precarization that deal the teachers of this school network, where you can reach notes that physical education teachers of the schools investigated coexist with some forms of insecurity in his school everyday and many are related principally to the lack of State Government's commitment to the educational system.

Key words: Teacher's work; physical education; precarization.



EL TRABAJO DOCENTE EN LA EDUCACIÓN FÍSICA: REFLEXIONES EN UN PROCESO PRECARIO

RESUMEN

En este documento es analizar las condiciones de trabajo de los profesores de educación física en las escuelas públicas del Estado de Río de Janeiro, posesión de un contexto de reestructuración de la labor pedagógica de cambios en el mundo y sobre la base de políticas educativas que han determinado. Estima que esta situación afecta al proceso de precarización del trabajo docente y cambiar sus identidades profesionales. Como teórico utiliza la referencia marxista como esto proporciona una comprensión de la escuela todos los días y el trabajo de enseñanza constituyen por síntesis de varias relaciones y determinaciones, contextualizar la categoría de trabajo en la sociedad capitalista. Entrevistado a seis profesores de educación física con la intención de ilustrar las diversas formas de precarización que los maestros de esta red de la escuela, donde se pueden llegar a las notas que profesores de educación física de las escuelas investigadas coexistan con algunas formas de inseguridad en su escuela todos los días, y muchos están relacionados principalmente a la falta de compromiso del Gobierno del Estado para el sistema educativo.

Palabras claves: Trabajo docente; educación física; precarización.

INTRODUÇÃO

Este estudo inscreve-se num esforço de compreensão da educação física na realidade concreta das relações que se constituem na sociedade contemporânea brasileira mediada pelas transformações ocorridas no mundo do trabalho. Trata-se de um trabalho que pretende analisar as relações entre trabalho e educação inserido em um cenário de crise do capital, que traz inúmeras determinações e dimensões, mas que de várias maneiras criam estratégias de recomposição, as quais geralmente penalizam a classe trabalhadora.

Pretendemos analisar as atuais condições de trabalho de professores de educação física de escolas públicas estaduais do Rio de Janeiro, entre elas a remuneração, espaço físico para as aulas de Educação Física, as relações interpessoais, as dificuldades encontradas no cotidiano destes professores, entre outras. Tendo como pano de fundo um contexto de reestruturação do trabalho pedagógico em face das mudanças ocorridas no mundo do trabalho e com base nas políticas educacionais que elas determinam. Partindo da premissa de que esta reestruturação produtiva tem trazido mudanças nas formas de gestão e organização do trabalho na escola, bem como para os professores que nelas atuam, precarizando suas condições de trabalho e contribuindo para alterações em sua identidade profissionais.

Acredita-se na necessidade de ter como elemento central o trabalho, enquanto elo entre o homem e a natureza. Ou seja, enquanto expressão da vida humana e através de onde o homem transforma-se a si mesmo. Mas que no capitalismo o processo de trabalho se encontra subsumido à lógica do capital, com a finalidade de produzir apenas de mercadorias. O que resulta, assim, a produção de mais-valia e fundamentalmente, de capital. O que, portanto, nos estimula a realizar nossa análise à luz do materialismo histórico dialético.



Acreditamos que a produção de trabalhos em Educação Física deva ser desenvolvida e contextualizada a partir das transformações ocorridas na educação, na sociedade e no mundo do trabalho, pois suas histórias estão entrelaçadas, perpassam por relações de poder e atingem diferentes campos de saber, envolvendo os mais diversos interesses econômicos e sociais. Há uma íntima ligação entre os processos educacionais e os processos sociais mais abrangentes de reprodução. Dessa forma, caracterizamos a educação física como um campo conflituoso entre trabalho e capital para se consolidar enquanto relação dominante e para gerir a crise em suas várias manifestações. Neste sentido, concordamos com Marcos Silva (2007), quando coloca que o distanciamento entre a área educacional e a educação física escolar é prejudicial a esta, o que só reforça demarcações de especificidades disciplinares e processos de legitimações, o que não contribui para a produção científica de nossa área, deixando-a fora ou alheia a disputas de espaços na arena curricular.

Para a realização deste estudo, utilizaram-se entrevistas semiestruturadas com seis professores de educação física de duas escolas estaduais localizadas na periferia do município de Nova Iguaçu, Baixada Fluminense do Estado do Rio de Janeiro. Também foram entrevistadas a direção e/ou direção adjunta das escolas, visando abordar questões relativas à organização da escola, às verbas destinadas à escola, ao planejamento do trabalho e ao envolvimento dos professores no projeto pedagógico da escola.

O TRABALHO DOCENTE EM EDUCAÇÃO FÍSICA: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A produção acadêmica sobre o trabalho docente em educação física, embora seja possível observar que o assunto vem despertando a atenção de alguns pesquisadores, ainda é tímida. O levantamento da produção acadêmica sobre esta temática nos principais periódicos da área, em especial a Revista Movimento e a Revista Brasileira de Ciências do Esporte, totalizou apenas dez textos, dos quais apenas quatro publicações se referiram às condições de trabalho de professores de educação física na escola, notadamente a escola pública. Contudo, não encontramos produção bibliográfica que fizesse menção a *precarização* do trabalho docente em educação física, tampouco no estado do Rio de Janeiro.

A produção sobre o trabalho docente na área educacional em geral é mais difundida que na educação física, e os divulgados sobre a educação física, geralmente, tratam-na como uma área estanque do sistema educacional e das políticas educacionais. Perpetuando o distanciamento entre a educação física e a educação como analisado por Marcos Silva (2007), o que só reforça demarcações de especificidades disciplinares e processos de legitimações, prejudicando a produção científica de nossa área.

O trabalho elaborado por Santini (2004) preocupa-se com a síndrome do esgotamento profissional (SEP), doença caracterizada como consequência do trabalho, também conhecida como Síndrome de *Burnout* que designa os processos de esgotamento psicológico vivenciados em relação ao trabalho, levando o trabalhador a perder o sentido da sua relação com o trabalho que pode resultar do estresse excessivo (crônico) e cotidiano quando outros mecanismos de ajuste não funcionam, diante de constante e repetitiva pressão emocional associado a intenso envolvimento com pessoas por longo período.

O mesmo autor, em conjunto com seu orientador, publicou em outro periódico (SANTINI; MOLINA NETO, 2005), artigo com tema semelhante ao primeiro, agora, fazendo relação com os professores da rede municipal de Porto Alegre onde puderam analisar que, embora exista realização profissional e sintam-se recompensados pela função social que exercem, os professores de Educação Física deste município vivenciam situações dramáticas que os encaminham a um estado anímico denominado Síndrome do Esgotamento Profissional.



Apesar de concordar com algumas questões levantadas nos textos, divergimos em alguns aspectos que, em nosso entendimento, seriam anteriores ou até mesmo antagônicos aos fatores estressores dos professores. Entendemos que a condição de subsunção do processo de trabalho à lógica do capital afeta diretamente aos professores que não se sentem pertencentes do seu trabalho e muitas vezes frustram-se diante de problemas que não conseguem solucionar sozinhos. O processo simples de trabalho resultaria na produção de valores de uso para satisfação das necessidades humanas foi substituído, no processo de produção capitalista, com a finalidade de produção de mais-valia (TEIXEIRA, 2007). Assim sendo, faz-se necessário pensar condições dignas de trabalho para os professores e os demais profissionais da educação, ao invés de fatores motivacionais e eficazes que tendem a explorar ainda mais estes trabalhadores, como afirmou Santini (2004).

O trabalho de Jorge Both e Juarez Nascimento (2009), preocupou-se em analisar os principais problemas enfrentados no trabalho docente dos professores de educação física da educação básica. Tais como a Síndrome do Esgotamento Profissional, estresse, dependências químicas, doenças no aparelho fonador, entre outras.

Os autores esboçam uma contextualização que fica muita aquém do necessário. Primeiramente, porque discutem o papel do trabalho na sociedade baseados em autores que não se preocuparam em discutir sobre a ontologia do trabalho na sociedade capitalista. E argumentam que o trabalho constitui-se como base de sustentação da vida devido as modificações acarretadas pela revolução industrial, a qual contribuiu para a organização de instituições burocratizadas com tempos e funções determinadas.

No resgate histórico que fazem sobre a profissão docente lembram que esta profissão está frequentemente vinculada ao sacerdócio. E afirmam que “ao considerar as mudanças que ocorreram nos últimos anos [...] a profissão docente não sofreu alterações substanciais quando comparada com outras funções laborais” (p.170). Neste ponto, encontra-se um grande equívoco por parte dos autores, pois é possível encontrarmos inúmeros trabalhos que estudam as influências das transformações do mundo do trabalho na educação brasileira, entre eles destacamos Freitas (2002), Gentili (1996), Leher e Barreto (2003), Kuenzer (2007), Nozaki (2004), entre outros.

Além de disso, os autores demonstram preocupação com a formação profissional dos docentes como forma de aquisição e desenvolvimento de competências na busca de adequação às mudanças sociais, econômicas e tecnológicas do mundo que o professor deverá entender para ensinar. Nesse aspecto, encontramos uma incoerência dos autores que, anteriormente, sinalizavam inalterações no trabalho docente diante das mudanças ocorridas na sociedade, mas, em seguida, defendem, talvez sem saber, um professor flexibilizado e que acompanhe as transformações nas relações de trabalho.

Por fim, Both e Nascimento (2009) reconhecem as depreciações pelas quais o passa o trabalho docente, tais como baixos salários, professores desmotivados e más condições de trabalho que contribuem para o surgimento de problemas patológicos e agravam esta função laboral. E defendem a importância de um ambiente de trabalho saudável, de modo que favoreça o desenvolvimento do trabalho do professor. Contudo, acredita-se na necessidade de aprofundar este debate com base numa perspectiva que vá ao cerne da questão e que pensem para além da melhoria de salários dignos e escolas mais organizadas, pensem um novo sistema educacional e um novo projeto de sociedade.

Outro texto analisado é o de Fátima Garcia (2002) que discutiu a Educação Física, o mundo do trabalho e suas relações ideológicas com a concepção de trabalho capitalista e a relação entre Educação Física e esportes como processo de socialização e ajustamento de seus praticantes à sociedade capitalista.



Diferentemente dos textos anteriores, a autora salienta que a importância da categoria trabalho para a humanidade e suas dimensões que perante a sociedade capitalista, ou seja, o trabalho define-se como atividade que foge a atender as necessidades orgânicas do homem, atendendo à construção de coisas que não fazem parte da natureza humana, à produção de um mundo artificial. Cabendo à educação física produzir esse mundo artificial, por exemplo, quando a atividade exige melhoria do desempenho físico, principalmente no caso de esportes de alto rendimento – que possuem características semelhantes ao trabalho.

Ainda que os professores de educação física encontrem-se subsumidos pelo cunho ideológico e ao mesmo tempo alienante (*re)produzido* pelas circunstâncias sociopolíticas originárias e fomentadas pelas relações de poder dominantes. Em qualquer esfera de trabalho onde o professor de educação física atue, não pode-se considerá-lo apenas como um agente pedagógico ou instrumento didático. Em todos os casos, sua prática social é de uma agente político-pedagógico que deveria, além de seu fazer restrito – a aula – dar o suporte científico-filosófico suficientes para compreender a dinâmica social a fim de transformá-la. Abandonando, assim, uma pseudoneutralidade ante as produções de conhecimento e/ou atuação profissional.

O quarto texto analisado é o de Wittizorecki e Molina Neto (2005) que pesquisou o trabalho docente de professores de Educação Física em quatro escolas da rede municipal de Porto Alegre, investigando como estes professores construíam seu trabalho e como articulavam suas ações frente ao “projeto político-administrativo-pedagógico” da rede municipal de ensino.

Para o desenvolvimento do estudo, os autores optaram pela investigação de corte qualitativo, entendendo que nessa perspectiva enfatiza-se a compreensão da singularidade e a contextualidade dos fatos e eventos. O estudo também norteou-se pela orientação predominantemente etnográfica que se justifica na medida em que a reconstrução das vozes dos sujeitos envolvidos na pesquisa. Interessando-se pelo que as pessoas fazem, como se comportam e como interagem. E como instrumentos foram utilizados a observação, o diário de campo e a análise documental em trabalho de campo que durou dez meses e abrangeu um grupo de doze colaboradores.

Em nossa opinião, o principal passo que os autores deram foi o de assumir que o trabalho docente não ocorre isoladamente no interior das instituições escolares. Pelo contrário, “insere-se na complexa teia que caracteriza o nosso cenário social, interrelacionando-se com uma organização político-econômica definida - a partir da lógica capitalista – e com uma organização social e cultural em franca transformação” (WITTIZORECKI; MOLINA NETO, 2005, p.52). Nesse aspecto, inserem-se as disputas curriculares e o status que a educação física assume diante das outras disciplinas consideradas de cunho mais intelectual, enquanto a educação física, muitas vezes é menosprezada por não supervalorizar tal base intelectualista.

Dos quatro trabalhos selecionados para análise, o que mais chamou a atenção é o fato de que na metade destes (SANTINI, 2004; BOTH; NASCIMENTO, 2009), os pesquisadores tenham restringido suas análises do trabalho docente ao processo de trabalho, sem levar em consideração a relação com processo de produção capitalista, os quais classificamos como descontextualizados e distanciados de uma análise mais aprofundada. E apenas os outros dois (GARCIA, 2002; WITTIZORECKI; MOLINA NETO, 2005) fizeram algum tipo de relação com a sociedade em geral, contextualizando e aproximando suas análises com o processo de produção societário. Acreditamos, que isto deve-se não ao foco que deram ao tema, mas, possivelmente à escolha do referencial teórico para analisar o trabalho docente.



A REDE ESTADUAL DE ENSINO DO RIO DE JANEIRO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Durante alguns poucos anos, o estado do Rio de Janeiro experienciou a implementação de educação progressista, como a educação em tempo integral durante dois mandatos (1983/1987) e (1990/1994) com Leonel Brizola e Darcy Ribeiro, quando ocorreu a implementação dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEP). Programa que pretendia trabalhar com projetos integrados e pensava em concentrar todas as atividades num mesmo prédio escolar, para que alunos não tivessem que se deslocar com vistas a solucionar os problemas de segurança, custos de transportes e que pretendia, também, manter as crianças oito horas no mesmo prédio, na mesma escola, garantindo não só a qualidade, mas também um melhor trabalho pedagógico profissional.

Após o definitivo desmonte do Programa, em 1995, quando Marcelo Alencar (PSDB) assumiu o Estado do Rio de Janeiro, utilizando-se do discurso de que escolas desse tipo são muito caras ao governo, ilustrando características do ataque neoliberal à educação pública. O sistema educacional estadual do Rio de Janeiro fora denunciado em trabalho elaborado por Pedro Demo (2000), com base no Censo do Professor realizado pelo INEP em 1997, como um dos que a educação e os professores sofreram com um dos maiores descasos. Segundo o autor, o Rio de Janeiro, apesar de sua rica história cultural, política e econômica no país é “um caso espantoso [...] no nível estadual, pratica uma política absurda com respeito aos docentes” (p.45). Chegando a mencionar que “o descaso pela educação básica torna-se aqui patético” (2000, p. 39). Além dos salários, o autor também chama a atenção para “a precariedade da aprendizagem no Rio de Janeiro, o pior Estado da Região Sudeste” (p.57). Revelando o descaso clássico das estruturas políticas ligadas ao setor.

Na perspectiva neoliberal, os sistemas educacionais enfrentam uma profunda crise de *eficiência, eficácia e produtividade*, decorrente do processo de expansão da escola nos últimos anos, que ocorreu de forma acelerada e desordenada, sem que tal crescimento tenha garantido uma distribuição eficiente dos serviços oferecidos. Trata-se de uma crise de *qualidade* decorrente da *improdutividade* que caracteriza as práticas pedagógicas e a gestão administrativa da maioria dos estabelecimentos escolares. Sob este enfoque, os sistemas educacionais contemporâneos não enfrentam uma crise de *democratização*, mas uma crise *gerencial*. Daí a necessidade de realizar uma profunda reforma administrativa do sistema escolar, orientada pela necessidade de introduzir mecanismos que regulem a eficiência, a produtividade, a eficácia, em suma: a qualidade dos serviços educacionais, a partir de teorias administrativas para o campo pedagógico (GENTILI, 1996).

A crise de ineficiência produtiva da escola e da educação ocorre, de acordo com os neoliberais, em grande medida, pelo caráter estruturalmente ineficiente do Estado para gerenciar as políticas públicas, os labirintos improdutivo do burocratismo estatal, o clientelismo e a obsessão planificadora. Ou seja, funcionam mal porque são penetradas pela política e pelo Estado, buscando romper e redefinir seu papel (ANDERSON, 1995). Sendo assim, defendem a construção de um mercado educacional que expressaria dinamismo e flexibilidade, garantindo eficácia e eficiência dos serviços oferecidos. Adotando uma lógica de prêmios e castigos com base em critérios meritocráticos que criariam as condições para uma mudança institucional voltada para a configuração de um verdadeiro mercado educacional, pré-requisito fundamental para a *equidade*.

As reformas educacionais iniciadas nesta década tiveram como eixo principal a educação para a equidade social, implicando transformações substantivas na organização e na gestão da educação pública. Sob este prisma, passa a ser imperativo dos sistemas escolares formar os indivíduos para a



empregabilidade, ou seja, devem oferecer ao indivíduo a capacidade de adaptação flexível às demandas do mercado de trabalho. A função *social* da educação esgota-se neste ponto, encontrando seu limite no exato momento em que o indivíduo se lança ao mercado para lutar por um emprego.

Entre as implicações destas reformas, destacamos a importação e implementação de avaliações externas nos diversos níveis de ensino, tendo como seus objetivos a utilização de indicadores de eficiência, associava a remuneração do professorado e demais integrantes da equipe escolar ao rendimento dos alunos em testes de aprendizagem. Nestes moldes, a avaliação (de desempenho com gratificação por produtividade) baseia-se num sistema punitivo com máscara de estimulante e incentivador. Infelizmente, este modelo não pretende acabar com os problemas, apenas responsabilizar a equipe escolar pelo insucesso. Neste sentido, enfatiza Luiz Carlos de Freitas:

[...] as formas dissimuladas que as políticas públicas neoliberais colocaram em funcionamento com a finalidade de reduzir custos econômicos, sociais e políticos das formas de exclusão objetivas (repetência e evasão), sem alterar em essência a seletividade da escola, criando um campo de exclusão subjetiva (auto-exclusão, exclusão entre ciclos, “trilhas de progressão continuada diferenciadas”), no qual a responsabilidade da exclusão recai sobre o próprio excluído (FREITAS, 2002, p. 299).

No estado do Rio de Janeiro, destacamos o Programa Estadual de Reestruturação da Educação Pública – Programa Nova Escola - instituído pelo Decreto Estadual nº. 25.959/2000, de 12 de Janeiro de 2000. Que foi implantado de maneira arbitrária e contraditória, pois foi elaborado por profissionais que não conheciam a realidade da Educação do Estado. Este projeto visava estabelecer critérios de avaliação das escolas com o objetivo de tornar mais *eficiente* o processo pelo qual as escolas da rede estadual de ensino são submetidas para atingir um padrão de excelência na educação pública do Rio de Janeiro e por fim *modernizar* a gestão da rede estadual. A partir destes resultados, o programa concedera aos professores e demais profissionais gratificações proporcionais às suas realizações educacionais. Com isto, pretendia-se impulsionar a melhoria da qualidade de ensino e valorização da escola pública.

As consequências deste modelo foram 12 anos sem reajuste salarial, reprovação e resistência por parte dos professores e demais trabalhadores da rede estadual de ensino, bem como um grande período de greves. Infelizmente, pouca coisa mudou até o momento e o atual governador (Sérgio Cabral) que iniciou seu governo em 2006 e que durante sua campanha havia se comprometido com uma série de mudanças para o sistema educacional do estado, o qual seria a prioridade para seu governo.

Desde o início do Governo Cabral, a Secretaria Estadual de Educação está em seu terceiro representante. Inicialmente, representada por Nelson Maculan, professor da UFRJ, que saiu em fevereiro de 2008, discordando dos rumos da política do órgão e em meio a uma crise de falta de docentes. Passando para a ex-presidente do Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado (PRODERJ), Tereza Porto, que ao tomar posse, comprometeu-se em priorizar a função gerencial da secretaria. E, até o atual momento, é representada pelo economista Wilson Risolia que foi responsável pela modernização do RioPrevidência. Os dois últimos representantes assumiram o cargo orientados pelo discurso de produtividade e eficiência exigidos pelas novas demandas da sociedade.

Tereza Porto, por exemplo, ao assumir o cargo em 2008, defendia:

Para administrar a educação no estado, a pessoa precisa ter visão gerencial. [...] A educação precisa ser bem administrada, gerenciada, porque precisamos utilizar bem os recursos para evoluir.



Nós precisamos dar mais agilidade aos processos, tramites internos. A secretaria é extremamente burocrática. Você precisa trabalhar com metas e indicadores claros (PORTO, 2008, p. 14).

Dois anos a frente da pasta, Tereza Porto deixou o cargo após o resultado do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), no qual o Rio de Janeiro é o segundo pior índice no ranking do ensino médio, a frente apenas do estado do Piauí. A partir daí, assumiu o cargo Wilson Risolia que já foi vice-presidente de Ativos de Terceiros na Caixa Econômica Federal e, recentemente, foi responsável pela modernização do Rio Previdência, reduzindo o tempo de espera pela concessão de benefícios de um ano para apenas 30 minutos.

Ao assumir o cargo, Risolia anunciou um “plano de metas” que pretende colocar o Rio de Janeiro “numa posição relevante na Educação”. Entre tais medidas, está a premiação em dinheiro para professores e diretores. Entretanto, o secretário admitiu que a remuneração atual (R\$ 732,69) para a carga horária de 16 horas semanais dos docentes da rede estadual não é tão baixa quanto se aponta e disse que a carência de professores (cerca de 4 mil) não é a principal causa do baixo desempenho da rede estadual do Rio de Janeiro.

PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO RIO DE JANEIRO: ESGOTADOS E PRECARIZADOS

De acordo com os professores entrevistados, muitos reclamam das condições de trabalho, problemas com a limpeza e manutenção das quadras, materiais adequados para trabalhar com os alunos. Em uma das escolas pesquisadas, devido ao seu espaço físico o número de funcionários mostra-se insuficiente para a limpeza e para a inspeção dos corredores e a área externa (pátio) por se tratar de um CIEP. Nos CIEP, conforme o estudo de Souza (2007), as áreas externas, grandes (quadra, pátios) e vulneráveis, requerem a existência de atividades recreativas ou culturais permanentes e um trabalho também permanente de manutenção. Requerem também a participação, ou pelo menos algum tipo de acordo, tácito ou formal, com a população residente em torno da escola. Quando isto não ocorre, transformam-se em matagais abandonados, pastagens de animais, alvo de vandalismos e acúmulo de lixo. Conforme indaga o professor 1:

100% de condições apropriadas de trabalho não tem como. Ainda falta muito em estrutura aqui. Nós tivemos um problema com a quadra no final do ano passado, teve um vendaval e voaram algumas telhas e veio um pessoal da secretaria de educação junto com um engenheiro e ele interditou a quadra. Durante todo o 1º semestre as aulas ocorreram dentro da sala de aula. Foi complicado, em termos de estrutura, a escola não tem muito espaço aberto. Agora nós tivemos nossa quadra de volta, mas o material solicitado no início do ano ainda não chegou (Professor 1).

Em outro colégio, o professor 2 reclama da segurança e da limpeza da escola:

Segurança e limpeza poderiam ser melhores, com relação a material nós temos recebido bastante apoio, tudo que tem sido solicitado tem sido providenciado, agora aspectos de higiene, limpeza, o próprio quadro de funcionários de apoio da escola tem sido deficitário, poderia ser bem melhor (Professor 2).



O projeto político-pedagógico (PPP) das escolas também foi um dos pontos abordados nas entrevistas. Assim o fizemos por entendê-lo enquanto estratégia política que expressa uma intervenção em determinada direção e pedagógica porque realiza uma reflexão sobre a ação dos homens na realidade explicando suas determinações. Uma definição que orienta a prática no nível da sala de aula, a relação que se estabelece com os alunos, os conteúdos que são selecionados para ensinar e os aspectos metodológicos, bem como os valores e a lógica que desenvolve nos alunos (COLETIVO DE AUTORES, 1992).

Os professores foram perguntados sobre o conhecimento do PPP de suas escolas e se pautavam suas aulas a partir dele:

Não [conheço o PPP], foram apresentados subprojetos para apoio a esse projeto pedagógico, que eu inclusive solicitei uma cópia e até hoje não me entregaram. [...] sem eu ter conhecimento do mesmo eu não tenho como seguir o projeto político-pedagógico. O que nós fazemos são reuniões de área, onde os professores têm mais ou menos o mesmo tempo de formação, as mesmas características e aí sentamos e revisamos dentro de tendências pedagógicas e material, quando nós buscamos fazer um planejamento seriado, adequado às idades e aquilo que possa ter a ver com as necessidades dos alunos desse bairro (Professor 3).

A remuneração dos professores da rede estadual do Rio de Janeiro é um dos pontos mais discutidos nos últimos anos. Tornando-se uma preocupação constante no cotidiano dos professores, pois interfere na carga horária de trabalho, na quantidade de empregos, o tempo que possuem para continuar sua qualificação (formação continuada). E como já explicitado anteriormente, a partir do estudo de Demo (2000) a política salarial da rede estadual do Rio de Janeiro é uma das mais baixas de todo o país¹.

Juntando as duas matrículas que possuo da rede estadual o salário é péssimo, doze anos sem aumento decente. Eu acho que o governo tem todas as condições, de acordo com o orçamento e as previsões orçamentárias, de dar um salário digno para o professor do Estado. Tanto que eu preciso fazer hora extra² e trabalhar na rede privada para complementar uma renda mínima, que seja digna para uma pessoa que tenha família para poder sobreviver (Professor 4).

Surpreendentemente, a remuneração recebida na GLP (Gratificação por Lotação Prioritária) é inferior que o valor da hora/aula normal recebida pelo professor de matrícula. Sendo com base, ainda, num salário de 2004, ou seja, a cada doze horas trabalhadas você recebe R\$ 512. E hoje tem-se um salário de R\$ 732,69 para dezesseis horas semanais, sendo doze tempos em turma. O que nos permite afirmar uma diferença de R\$ 220,69. A partir do momento que é colocada uma hora extra num valor inferior ao piso salarial vigente, de certa forma desvaloriza o profissional porque não há motivo para se trabalhar as mesmas horas, da mesma forma e receber menos por isso. Como ainda afirma o Professor 2, “Eu já cheguei a fazer 24 tempos de GLP mais as minhas duas matrículas, ou seja, trabalhava 48 tempos só na rede estadual. Dobrava a carga horária, mas não dobrava o vencimento”.

¹ Se compararmos a remuneração dos professores recém ingressados na rede estadual com aqueles na mesma situação na rede municipal do Rio de Janeiro, o vencimento base do município do Rio de Janeiro é de R\$ 1.286,05, sendo acrescido a este R\$ 102,52 de bônus cultura e R\$ 105,60 de auxílio transporte. Totalizando R\$ 1.494,19.

² A hora extra na rede estadual é conhecida como GLP – Gratificação por Lotação Prioritária. Em algumas redes de ensino ela é conhecida como dupla regência.



Também não é incomum nos depararmos com professores que sentem-se desiludidos. Entretanto, os professores entrevistados não demonstraram desilusão com a profissão, mas a com a remuneração que recebem e que pensam, como o professor 1, em mudar de profissão: “me desencantei com a desvalorização do magistério [...] já pensei até em fazer concurso pra outra área porque por mais que você goste do que faz, ame sua profissão, no final do mês chegam as contas pra pagar”.

Este não foi o único caso encontrado, também o professor 5 alegou já ter pensado no assunto:

Até esse ano, até essa divulgação desse falso aumento pelo governo do Estado eu não havia não. Mas agora eu já começo a pensar em alguma outra carreira de âmbito federal que possa me dar um retorno financeiro melhor, mesmo que isso me comprometa em carga horária. Um aumento de uma carga horária, mas realmente ser professor com esse salário atual, na rede pública (estadual) fica inviável (Professor 5).

Encontramos aspectos relacionados às dificuldades de não disporem de tempo para trocar experiências, avaliar suas práticas mais detidamente e articulá-las às ações de professores, principalmente pelo fato de possuírem muitas turmas, ministrando aulas uma após às outras; e pela sobrecarga de trabalho, inclusive em mais de uma escola, o que gera cansaço físico e emocional. Este tipo de remuneração praticamente obriga os professores a terem que procurar por outros empregos, praticamente impedindo-os de disporem de tempo para continuarem estudando.

Qualificação é importante, até porque se você pretende como professor estar em uma boa instituição se você não estiver qualificado você não tem acesso. Eu tenho que me qualificar na marra, já estou na segunda especialização, tendo que abrir mão de dinheiro que estaria ganhando dando aulas em outro lugar para poder fazer essa especialização. Consequentemente tenho pouco tempo de estudo, pouco tempo de lazer, pouco tempo para a minha família. [...] Hoje tenho duas matrículas na rede estadual, trabalho num colégio particular e ainda faço hora extra na rede estadual, são quatro escolas onde eu trabalho (Professor 3).

Também não é incomum nos depararmos com professores que sentem-se desiludidos. Entretanto, os professores entrevistados não demonstraram desilusão com a profissão, mas a com a remuneração que recebem e que pensam, como o professor 1, em mudar de profissão: “me desencantei com a desvalorização do magistério [...] já pensei até em fazer concurso pra outra área porque por mais que você goste do que faz, ame sua profissão, no final do mês chegam as contas pra pagar”.

Na rede estadual de ensino do Rio de Janeiro a maior concentração de escolas destina-se ao ensino médio, deixando para os municípios as escolas de ensino fundamental. Entretanto, em áreas menos abastadas, como é o caso da localidade onde realizamos a pesquisa, e com menor número de escolas da rede municipal o Estado deve oferecer acesso à educação para a população local. Diferentemente de outras redes de ensino que organizam-se em ciclos de formação, as escolas estaduais permanecem organizadas de forma seriada.

Nesta rede convive-se, em uma mesma turma, com uma defasagem enorme de idade cronológica e ano escolar. O que acarreta uma sobrecarga de trabalho e uma multiplicidade de papéis com que os professores se deparam. Que além de ministrar suas aulas e atividades referentes a sua disciplina, os professores exercem outras funções na escola como, por exemplo, de médico, orientador pedagógico, pessoal de secretaria, responsável (pai ou mãe) etc.



o que a gente tem se preocupado aqui nessa escola não é só com as aulas, mas em como passar para os alunos questões morais que ajudem a diminuir a agressividade que é muito notável e bem evidenciada nesses alunos. E tentar tratar da indisciplina dos alunos com diálogo, chamar o aluno para conversar, mostrar a atitude que ele está tomando, tentar fazer com que ele entenda e tente mudar um pouco as suas atitudes, porque ele está num ambiente que é uma escola e precisa melhorar. Mas nem sempre esse caminho funciona, quando a coisa parte para um lado mais agressivo do aluno, infelizmente você tem que ser, algumas vezes mais autoritário para até manter o domínio da situação (Professor 4).

Estes são alguns dos problemas encontrados pelos professores de Educação Física entrevistados da rede estadual de ensino do Rio de Janeiro que sentem-se desmotivados pelos baixos salários, sobrecarga de trabalho, pelas condições precárias com as quais se deparam no cotidiano escolar. E que apesar disso, a estabilidade no emprego possui maior peso sobre a situação de desemprego estrutural pela qual passa a sociedade. Tendo em vista que tal situação, pode causar inúmeros efeitos nocivos para o desempregado e seus familiares. Dessa forma, os trabalhadores estão se produzindo cada vez mais degradados como seres humanos, uma vez que encontram-se em situações nunca antes desejadas. Assim, por pior que possa parecer, muitos preferem continuar nestas situações a ter que enfrentar o desemprego.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A condição de subsunção do processo de trabalho à lógica do capital afeta diretamente aos professores que não se sentem pertencentes do seu trabalho e muitas vezes frustram-se diante de problemas que não conseguem dar conta sozinhos. O processo simples de trabalho resultaria na produção de valores de uso para satisfação das necessidades humanas foi substituído, no processo de produção capitalista, com a finalidade de produção de mais-valia. É necessário, portanto, considerar as realidades sócio-históricas em que se insere o trabalho docente, compreendendo seus enredos e reconhecer suas manifestações concretas, não como um fato isolado, mas articulado a quadros macrossociais que interferem em seus contornos, limites e possibilidades (TEIXEIRA, 2007). Assim sendo, faz-se necessário pensar condições dignas de trabalho para os professores e os demais profissionais da educação, ao invés de fatores motivacionais e eficazes que tendem a explorar ainda mais estes trabalhadores.

Desta forma, Síndrome do Esgotamento Profissional (SEP), mal-estar docente, burnout, entre outros, são expressões encontradas com frequência nos estudos e pesquisas analisados, mas que geralmente vêm descontextualizadas e distanciados das políticas educacionais, da sociedade capitalista e do mundo do trabalho. Entretanto, cabe ressaltar que podemos estar equivocados em nossa análise. Não temos aqui a intenção de sobrepor nossas ideias e ideais e desqualificar outros trabalhos da área, apenas pensamos nas formas de reflexão sobre as condições de trabalho dos docentes e sua superação.

A rede estadual de ensino do Rio de Janeiro, bem como seus professores, enfrentam problemas em sua organização e gestão. A introdução de novos modelos gerenciais com vistas a solucionar os problemas de eficiência, eficácia e produtividade do sistema educacional até o momento não surtiu efeito. E as considerações sobre os novos modelos baseados na meritocracia dificilmente trarão melhora para as escolas e os trabalhadores docentes, pois propõem concorrências injustas e travam disputas internas entre professores e escolas com a finalidade de reduzir custos sem alterar a essência seletiva da escola.

Acreditamos que as circunstâncias sociais nos fazem e desfazem. Mas também nós nos fazemos e nos desfazemos. Somos sujeitos de nossa história. Fazemos parte de uma história, de um processo social



ao longo do tempo. Somos uma categoria, não estática, mas histórica, em construção. As leis, as políticas de formação, os planos de carreira, a estrutura dos sistemas escolares forma construindo um perfil de professor, mas também a categoria vem se construindo a si mesma, seu perfil. Daí a importância de pensarmos a classe trabalhadora docente enquanto sujeitos transgressores, conforme defende Miguel Arroyo (2000). Por maior que seja a desumanização a que as estruturas sociais e políticas submetem os estudantes que freqüentam a escola pública e, por mais que descaracterizam os docentes, podemos encontrar sinais de procura da sua humanidade e dignidade, na luta por nossos direitos.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E. ; GENTILI, P. (org.) *Pós-neoliberalismo. As políticas sociais e o estado democrático*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

ARROYO, M. G. *Ofício de Mestre*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

DEMO, P. *Vida de professor*. Brasília: UnB, 2000.

BOTH, J.; NASCIMENTO, J. V. Intervenção profissional na educação física escolar: considerações sobre o trabalho docente. *Movimento*, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 169-186, abril/junho de 2009.

COLETIVO DE AUTORES. *Metodologia do ensino de educação física*. São Paulo: Cortez, 1992.

FREITAS, L. C. A internalização da exclusão. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 80, set. 2002.

GARCIA, F. M. Trabalho docente em educação física e prática social: relações com a relação de trabalho capitalista. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, v. 23, n. 2, p. 165-178, jan. 2002.

GENTILI, P. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. In: SILVA, T.T.; GENTILI, P. (orgs) *Escola S.A. Quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo*. Brasília: CNTE, 1996.

KUENZER, A. Z. Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente. *Educação & Sociedade*, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1153-1178, out. 2007.

LEHER, R. ; BARRETO, R. Trabalho docente e as reformas neoliberais. In: OLIVEIRA, D. (ORG.). *Reformas Educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PORTO, T. Mais gestão, menos burocracia. Solução para a educação do Rio? *Folha Dirigida*. Rio de Janeiro, p.14. 15 a 21 de jul. 2008.

MÉSZÁROS. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2005.



NOZAKI, H. T. *Educação Física e reordenamento no mundo do trabalho: mediações da regulamentação da profissão*. Tese de doutorado (Doutorado em Educação), Niterói: Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, 2004.

OLIVEIRA, D. A. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 89, Set./Dez. 2004.

SANTINI, J. Síndrome do esgotamento profissional: revisão bibliográfica. *Movimento*, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 183-209, janeiro/abril de 2004.

SANTINI, J.; MOLINA NETO, V. A síndrome de esgotamento profissional em professores de educação física: um estudo na rede municipal de ensino de Porto Alegre. *Rev. bras. Educ. Fís. Esp.*, São Paulo, v.19, n.3, p.209-22, jul./set. 2005.

SILVA, M. A. C. *Produção científica na área da educação física escolar: os obstáculos epistemológicos nos estudos de intervenção docente*. Tese de doutorado (Doutorado em Educação Física), Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho, 2007.

SOUZA, J. A. G. *Avaliação X Relações de Poder: um estudo do Projeto Nova Escola/Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Ciências Sociais), Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2007.

TEIXEIRA, I. A. C. Da condição docente: primeiras aproximações teóricas. *Educação & Sociedade*, Campinas, vol. 28, n. 99, p. 426-443, maio/ago. 2007.

TUMOLO, L. M. S; TUMOLO, P. S. A vivência do desemprego: um estudo crítico do significado do desemprego no capitalismo. *Trabalho, Educação e Saúde*. v.2, n.2, p.327-344, 2004.

WITTIZORECKI, E. S.; MOLINA NETO, V. O trabalho docente dos professores de educação física na rede municipal de ensino de Porto Alegre. *Movimento*, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p.47-70, janeiro/abril de 2005.

Contatos:

Ian Anderson de Andrade Nascimento
Mestrando em Educação, Cultura e Comunicação – FEBF/UERJ
Esp. em Educação Física Escolar – UFRJ
Prof. das redes municipal e estadual do Rio de Janeiro

Rua João Montilho, 197. Parque Lafaiete – Duque de Caxias – RJ. CEP: 25025-115.



E-mail: ianandrade23@yahoo.com.br

Recurso Tecnológico: Data Show